

26° EDIÇÃO
MINIONU



CELAC (2025)

DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO
DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA
ANÉRICA LATINA E DO CARIBE NA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

DIRETORA
ANTONELLA ZANDONA

DIRETORES ASSISTENTES
ANTÔNIO PEREIRA
GIOVANNA TEIXEIRA
VICTOR MAIA

GUIA DE ESTUDOS

11 A 14 DE OUTUBRO DE 2025

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA MESA.....	3
1.1. Antonella Bustamante Zandona - Diretora	3
1.2 Antônio Augusto Azevedo Pereira - Diretor Assistente	3
1.3 Giovanna Teixeira de Alcântara - Diretora Assistente.....	4
1.4 Victor Maia - Diretor Assistente	5
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	5
2.1. A história oficial e a criação de identidades nacionais	6
2.2. Discussão decolonial.....	7
2.3. Educação e produção de conhecimento	8
2.3.1. Produção de conhecimento e espaços indígenas nas universidades	8
2.3.3. Educação nas escolas	9
2.4. Participação política	10
2.4.1. Elaboração de políticas públicas	11
2.5. Diplomacia indígena	12
2.5.1. Pensando em outros moldes.....	12
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ.....	13
3.1. Dinâmica do comitê	14
4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS DO COMITÊ	15
4.1. O posicionamento dos países membros.....	15
4.2. O posicionamento das representações dos povos indígenas.....	16
4.3. O posicionamento de ONGs, OIs e representantes da Sociedade Civil.....	16
5. QUESTÕES RELEVANTES PARA AS DISCUSSÕES	16
REFERÊNCIAS	17
6. LISTA DE DELEGAÇÕES.....	20

1. APRESENTAÇÃO DA MESA

1.1. Antonella Bustamante Zandona - Diretora

Olá, senhoras e senhores delegados, sejam bem-vindos ao 26º MINIONU! Meu nome é Antonella Zandona e sou diretora do comitê CELAC (2025). Tenho 20 anos e estou no 5º período de Relações Internacionais na PUC Minas. Ao analisar o atual cenário mundial, nos deparamos com temas de extrema urgência que envolvem discussões acerca da preservação de memória, autodeterminação, identidade, entre outros. Ao estabelecer o foco central de nosso debate na integração efetiva de povos indígenas na América Latina e no Caribe, esse comitê se propõe a contribuir ativamente na formação de indivíduos interessados e comprometidos em se tornarem agentes de mudança no mundo em que vivemos. Acredito que as discussões que serão fomentadas e o contato com a diversidade de culturas, ideias e opiniões ampliem suas visões e lhe deem uma bagagem de conhecimento para carregar ao longo de suas vidas.

Particpei do MINIONU pela primeira vez em 2023 como voluntária do CIDH (2023) e essa experiência fez com que eu me apaixonasse pelo projeto. Acredito que o ambiente de simulação deve ser um espaço seguro e propício para que os alunos se envolvam com os debates e se engajem em discussões enriquecedoras que contribuam para seu desenvolvimento como pessoa. Para além disso, entendo que um dos impactos mais importantes do MINIONU é a possibilidade de criar laços entre os envolvidos.

Ao longo do ano, nossa equipe trabalhou em conjunto para criar uma experiência enriquecedora e inclusiva. Estou ansiosa para acompanhá-los nos dias de simulação e espero que vocês possam aproveitar essa experiência tanto quanto eu aproveitei. Desejo a vocês uma ótima simulação e espero que cheguem abertos a acolherem o próximo e a criarem amizades que perdurem por suas vidas. Por fim, espero que saiam dessa experiência motivados a continuarem se engajando em discussões sobre temáticas tão relevantes, não só em futuras simulações, mas também em outros espaços.

1.2 Antônio Augusto Azevedo Pereira - Diretor Assistente

Olá prezados delegados! Sejam muito bem-vindos à 26ª edição do MINIONU e ao nosso comitê, CELAC 2025. Sou o Antônio, tenho 19 anos e sou graduando do primeiro período de Relações Internacionais na PUC Minas e é com muito prazer que me apresento como diretor assistente de um comitê tão incrível quanto a CELAC. Minha história com o MINIONU é antiga, fui delegado aos 16 anos no CDH 2022 e aos 17 anos, na OCDE 2023. Foi uma experiência mágica estar presente em um ambiente diplomático, em que diferentes delegações estavam ali para debater acerca de problemáticas reais e propor soluções e discussões que tinham o principal objetivo de contribuir para um mundo mais justo e mais

humano. Isso fez com que eu me apaixonasse muito pela área e garantiu, mesmo com um pequeno intervalo de 1 ano, que eu entrasse no curso e me encantasse ainda mais com as Relações Internacionais. Quando o MINIONU 2023 acabou, eu sabia que aquela não era minha última vez no evento, fico feliz que uma legenda de um post no Instagram se tornou realidade e hoje sou diretor assistente. Ao fazer parte da equipe de organização do MINIONU, busco ser o que os diretores dos comitês os quais eu participei foram para mim enquanto delegado: uma inspiração, uma figura que me ajudou a decidir o meu futuro acadêmico e o mais importante: uma ótima lembrança que rende um sorriso todas as vezes em que me lembro de como foi participar do projeto.

O objetivo da CELAC é promover um diálogo plural e informativo entre povos originários, figuras internacionais engajadas, países e organizações internacionais, acerca de uma temática muito pouco discutida: a institucionalização do conhecimento e a invisibilidade do saber dos povos originários. Não teremos o ponto de vista da Metrópole em nosso comitê, na medida em que será discutida a importância da pluralidade educacional e sua contribuição para a solução de problemáticas atuais. Estou muito ansioso por estar do outro lado da mesa diretora, agora no lugar daqueles que tornaram o MINIONU uma experiência tão mágica para mim enquanto delegado. Espero que, durante os dias de simulação, eu possa interagir com vocês delegados e fazer com que sua experiência com o evento seja muito especial (quem sabe vê-los como alunos de Relações Internacionais...). Criar laços também faz parte do MINIONU e é algo que não se restringe apenas à equipe, quero que todos saibam que nós diretores, os voluntários e todos os delegados e delegadas formamos uma família, a família CELAC 2025! Desejo a todos uma ótima simulação!

1.3 Giovanna Teixeira de Alcântara - Diretora Assistente

Olá senhoras e senhores delegados, meu nome é Giovanna Alcântara e sou Diretora Assistente da CELAC. No momento da simulação estarei no 5º período da graduação em Relações Internacionais, sendo esse meu terceiro MINIONU. Participei em 2023 como Voluntária da INTERPOL que falava sobre o terrorismo nos Megaeventos esportivos e em 2024 fui Diretora Assistente da UNESCO, discutindo a crueldade animal na indústria de cosméticos. É um privilégio voltar esse ano como Diretora Assistente para tratar desse tema tão importante, trazendo a educação e os saberes dos povos originários para o foco da nossa discussão. A educação é uma importante ferramenta de transformação dos indivíduos e da realidade, mas não podemos deixar de questionar de que tipo de educação estamos falando e porquê quase nunca é a dos povos originários, que mesmo com séculos de conhecimento adquirido, são negligenciados na produção acadêmica.

O MINIONU é um projeto incrível com capacidade de transformar as pessoas, fomentar novos sonhos e reunir amizades que irão durar para o resto da vida. Seja essa sua

primeira simulação ou a quinta, não tenha medo de participar e ser você, além de ensinar o intuito do projeto é ser divertido, então não se esqueça de aproveitar. Espero que se envolvam na discussão e gostem do comitê tanto quanto nós da mesa diretora gostamos. Estou ansiosa para conhecer todos vocês. Nos vemos em outubro!

1.4 Victor Maia - Diretor Assistente

Olá queridos delegados e delegadas! Me chamo Victor Maia e sou diretor assistente do CELAC (2025) lhes dou boas-vindas ao nosso comitê! Atualmente estou no terceiro período do curso de Relações Internacionais na PUC Minas. Está é minha segunda participação no MINIONU, da primeira vez que participei estava no comitê de logística. diferente da primeira, dessa estou participando em um comitê interno.

Entendo que os temas que abordamos no CELAC são fundamentais para nós, latino-americanos. Tais temas trazem uma nova forma de enxergar e interagir com o conhecimento e tradição dos povos originários da América Latina e Caribe.

Nosso comitê os convida a participar de uma discussão sobre as questões da região Latino-americana e Caribenha pela perspectiva dos atores locais. Desviando de uma visão enviesada por uma visão colonialista e eurocentrista da região, tentamos dar autonomia ao nosso discurso e trazer novas visões ao debate. Estamos ansiosos para recebê-los!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Esta seção será dedicada para o detalhamento do tema que será abordado nos dias de simulação. É recomendado que os senhores delegados não se restrinjam à leitura cuidadosa do guia, mas também ampliem seus conhecimentos e engajem em pesquisas que os ajudarão não só durante o MINIONU, mas que também transforme vocês como pessoas.

O presente comitê tem como tema central a integração de povos indígenas na América Latina e no Caribe. As discussões vão se concentrar nas diferentes maneiras como esse objetivo pode ser alcançado. Mais especificamente, trabalharemos a inclusão de diferentes tipos de ciências na produção de conhecimento nas universidades, passando por subtemas como decolonialidade, História indígena, ensino como ferramenta de mudança, universidade como meio de diálogo com o Estado, consultas comunitárias e diplomacia indígena.

2.1. A história oficial e a criação de identidades nacionais

A América Latina e o Caribe possuem uma história fortemente marcada pelas cicatrizes deixadas pelos processos de colonização. Desde a chegada dos europeus no continente, os povos originários enfrentam uma luta contínua pelo direito de autodeterminação, autogoverno, garantia dos Direitos Humanos e preservação de seus

diferentes modos de vida, culturas, línguas, dentre outros. Mesmo com os processos de independência e de formação dos Estados nacionais, esse cenário não se alterou. A título de exemplo, os povos originários da Argentina sofreram imensamente com o processo de independência do país. As chamadas Campanhas do Deserto eram projetos realizados com o intuito de ocupar as terras indígenas, partindo da concepção a priori de que eram territórios vazios (PRADO, 1987). Processos semelhantes a esse se repetiram por todo o continente, impedindo o exercício de autodeterminação e a preservação de seus modos de vida.

Parte determinante do processo de formação nacional é a construção de uma identidade única e de uma história oficial, com a finalidade de legitimar a existência desse novo Estado (GUIMARÃES, 2000). Embora a habitação do continente americano tenha se iniciado há milhares de anos, as narrativas estabelecidas como oficiais para os países latino-americanos e caribenhos não inclui as inúmeras histórias dos incontáveis povos originários existentes. A exclusão deliberada de tais grupos podem ser claramente notada ao observar os processos de construção política e identitária desses países. Desde a criação das primeiras Constituições dos países americanos, os povos originários não têm reconhecidos suas identidades, crenças, conhecimentos e organizações políticas e sociais próprias.

Figura 1: Antiga divisão da América Latina e do Caribe



Fonte: ABELLO, Kael (2020)

A figura 1 mostra a divisão do território da América Latina e do Caribe feita a partir de estudos historiográficos que utilizavam de fontes de matriz europeia para escrever uma história dos “povos ameríndios” (SANTOS, 2019).

2.2. Discussão decolonial

A decolonialidade é um conceito desenvolvido como um movimento de resistência à herança colonial que não se restringe aos campos teóricos dos saberes (BALLESTRIN, 2013). É um movimento amplo, que abrange não só indivíduos, mas também movimentos sociais em sua totalidade, dado caráter plural para o conceito (apud, MIGNOLO, 2008, p. 258).

De acordo com os autores Ana Paula Silva, Guilherme Macedo e Ellen Monielle (apud JONG, 2015, p. 146), o povo Kuna, localizado entre o atual Panamá e a Colômbia, rebatizaram o continente que chamamos de América como Abya Yala, como uma forma de combater a herança do colonialismo. Um ato que pode parecer simples como a escolha de um novo nome, na verdade revela o combate ininterrupto aos invasores dessa terra que um dia a batizaram de América. São ações como essa, que compõem e dão força para o debate decolonial, transformando o mundo de pouco em pouco.

Por outro lado, as discussões decoloniais têm se tornado cada vez mais presentes em diferentes áreas do conhecimento, não só ajudando a promover o movimento de resistência, mas também proporcionando a possibilidade de diálogos interdisciplinares que permitam a compreensão total do fenômeno que denominamos como colonialidade.

2.3. Educação e produção de conhecimento

Com a constituição da Universidade moderna, iniciou-se uma produção de conhecimento dissociado do conhecimento produzido no cotidiano, que desvaloriza os diferentes tipos de ciência de povos originários, apesar de utilizá-los em prol de pesquisas nas áreas de ciências médicas e farmacêuticas, mas sem que haja o devido reconhecimento. Esta seção será dedicada para abordar com mais detalhes o contexto atual da produção de conhecimento nas Universidades e alguns possíveis caminhos para combater o modelo vigente de produção de conhecimento nas universidades.

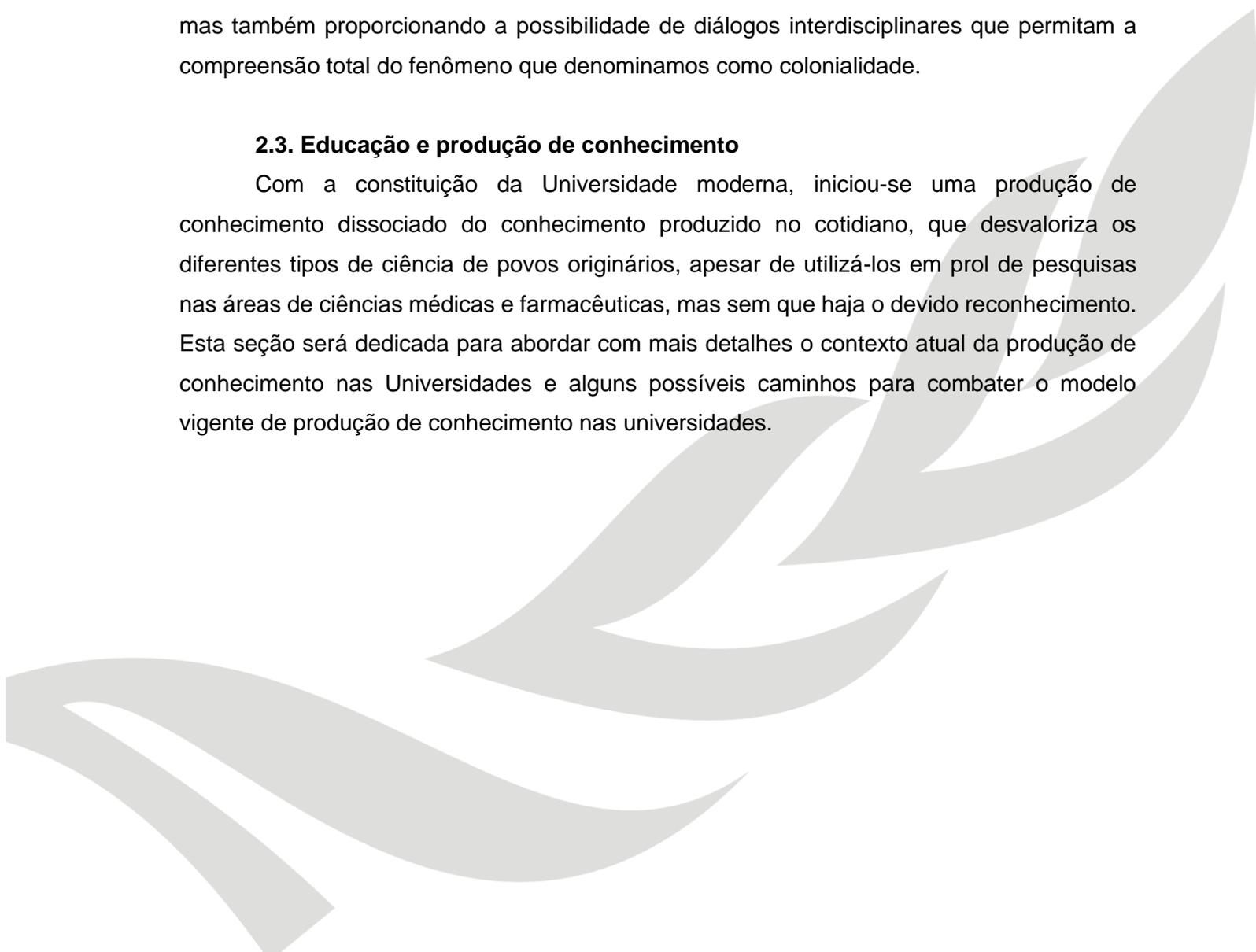


Figura 2: Protesto por melhorias na Educação em Porto Seguro



Fonte: Arquivo pessoal/G1 Bahia

2.3.1. Produção de conhecimento e espaços indígenas nas universidades

É possível analisar a presença dos povos indígenas nas Universidades por diversas perspectivas distintas. Assim como já mencionado anteriormente, mesmo que eles não recebam o devido reconhecimento, conhecimentos desenvolvidos pelos povos originários são constantemente aplicados em pesquisas, favorecendo instituições públicas e privadas. Outra maneira que se fazem presente nas Universidades é como parte do corpo docente e discente. Graças a criação da Lei de Cotas no Brasil em 2012, 50% das vagas em instituições federais são destinadas a pessoas autodeclaradas negras, pardas e indígenas, contribuindo para seu ingresso em Universidades enquanto alunos, pesquisadores e professores. É importante ressaltar que a criação de leis e programas de auxílio como esse não foi feita de maneira espontânea, são conquistas fruto da luta desses grupos para ocupar tais espaços. Apesar dos avanços obtidos ao longo do tempo, essa é uma batalha constante. Por último, os povos indígenas e originários fazem parte do objeto de estudo de cursos da área das humanidades, como História, Antropologia, Sociologia, entre outros.

No Brasil, a formação universitária em História existe há quase um século e, mesmo assim, os estudos ainda reproduzem modelos que reforçam ideias e pensamentos coloniais sobre os povos originários. Mesmo estudos dedicados à área de História Indígena. Comumente, o Brasil antes de 1500 é ensinado não como uma parte significativa da construção do nosso país, mas como nada mais do que um antecedente da chegada dos portugueses. Há pouquíssimas disciplinas de História Indígena e menos ainda que possuem especialização na área. Tal cenário não é exclusivo do nosso país. Os avanços dos estudos e pesquisas na área da História Indígena na América Latina e no Caribe ainda precisam

percorrer um longo caminho e superar obstáculos, tais como baixos financiamentos, naqueles casos em que sequer há algum. Em contrapartida, outras áreas dentro da História que perpassam por uma narrativa europeia continuam sendo priorizadas e beneficiadas. É importante ressaltar que essa situação é um reflexo da herança colonial que continua sendo reproduzida em nossas sociedades até os dias atuais.

Sendo assim, destaca-se a importância do fomento do estudo da História Indígena para os países latino-americanos e caribenhos como uma forma de integração e luta decolonial, que pode ser alcançado pela inclusão de cadeiras de História Indígena nos cursos de História das universidades, por exemplo. Não somente, é preciso que haja uma reflexão na maneira como tal avanço deve se desenvolver. Logo, entende-se que há a necessidade de que a produção desse conhecimento seja feita por parte dos integrantes da América Latina e do Caribe, utilizando as inúmeras línguas faladas por distintas comunidades. Entende-se que, para que haja uma produção de conhecimento realmente integrada, ela deve não só ser traduzida, mas também realizada pelo maior número de línguas possíveis, demonstrando assim, a valorização da interculturalidade e inclusão de diferentes pontos de vista. Nota-se ainda que, por mais que a presença de estudos e pesquisas sobre povos indígenas em diversas áreas do conhecimento date de muitos séculos atrás, há uma notável ausência de produção de conhecimentos feitos por integrantes das comunidades originárias a partir de suas próprias lógicas e saberes.

2.3.3. Educação nas escolas

Seguindo uma perspectiva que enxerga a educação como uma ferramenta de mudança e renovação de estruturas vigentes, é possível pensar a partir de uma visão mais ampla, tendo como peça central a educação básica. Os Planos Nacionais de Educação impactam as cidades de todo o país em que são implementados, seja diretamente ou indiretamente. Tendo isso em vista, seria importante a modificação de tais Planos para que sejam usados como meio para moldar a forma como as Universidades operam, principalmente nas áreas de formação de professores.

Um exemplo prático disso é a implementação da Lei nº 10.639/03 que obriga o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. Apesar de não promover a obrigatoriedade também nos cursos superiores de formação de professores, com o passar do tempo e a luta ininterrupta, as Universidades passaram a aderir gradualmente a tais diretrizes. No estado do Ceará, ao observar duas importantes universidades, Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), é possível notar claramente as mudanças ocorridas após a implementação da lei (SILVA; LINHARES; PAULO, 2019).

2.4. Participação política

O território que atualmente compreendemos como a América Latina e o Caribe é repleto de diferentes povos indígenas. É importante destacar que, apesar de fazerem parte dos países, seus territórios originais não eram delimitados por fronteiras estatais. Assim como é possível observar na figura 3, que demonstra a distribuição dos principais povos originários, há uma notável diversidade étnica em toda a região. Pensando nisso, é de extrema importância que os Estados tomem medidas que visem a garantia do direito de participação política dessas pessoas, visando a representatividade indígena como algo heterogêneo, buscando atingir os diferentes grupos e suas diferentes necessidades. A ocupação de cargos políticos por pessoas indígenas é de suma importância a partir do momento que entendemos que eles são importantes contribuidores para a elaboração de medidas eficazes justamente por vivenciarem e compreenderem os problemas através de suas próprias visões.

É comum que ao pensarmos em participação política venha à nossa mente automaticamente a inserção dessas pessoas em cargos públicos ou em outros órgãos e organizações que atuam em concordância com o modelo de representação aceito pelo Ocidente como o ideal. Como formas de dominação, o padrão europeu tomou o controle entre os colonizados de seus conhecimentos e sua produção, de suas culturas, de seus padrões de produção de sentido e expressão, dentre muitos outros. O poder colonial se infiltrou de tal forma nas sociedades que mesmo atualmente ainda sofremos suas sequelas. (QUIJANO, 2005). Por isso, é necessário que nos atentemos a todo momento à nossa posição em relação às narrativas coloniais. Nossa herança nos torna receptáculos e reprodutores das narrativas hegemônicas¹ advindas da invasão dos europeus (BEIER, 2005).

¹ Entende-se “narrativas hegemônicas” como sendo aquela disseminada por meio de influência política, preponderando as demais.

Figura 3: Povos indígenas da América Latina e do Caribe



Fonte: DIVERSIDADE ÉTNICA, 2015

2.4.1. Elaboração de políticas públicas

Políticas públicas são ferramentas utilizadas pelo Estado, para direcionar e alocar os recursos e investimentos em diversos setores. Abrangendo diversas áreas, seu foco principal

deve ser o bem-estar da população, buscando garantir o cumprimento de seus direitos. Elas servem para abordar problemas mais específicos que impactam grande parte da população, direcionando programas e ações que possam resolvê-los.

Tendo isso em vista, a chave para pensar em meios pelos quais os países podem agir a fim de melhorar as condições das populações originárias e outros grupos étnicos minoritários, é a elaboração de políticas públicas efetivas. A título de exemplo, a política de cotas no Brasil serve como um mecanismo de ingresso em Universidades e cargos públicos, tendo como objetivo combater a desigualdade social e o racismo estrutural. Apesar do sucesso das políticas de cotas, para que seu objetivo seja de fato alcançado, é preciso que elas sejam acompanhadas de outras políticas públicas que tenham como foco a permanência de estudantes nas universidades e escolas.

Para além disso, tendo em vista os problemas que cercam esse comitê, é necessário pensar em elaborações de políticas que abranjam e acolham diferentes modos de vida e de organização, dialogando com seu público-alvo e ouvindo suas demandas e exigências.

2.5. Diplomacia indígena

Mesmo com os avanços gerados pelas lutas incessantes desses povos, a narrativa de que a diplomacia foi uma invenção estritamente ligada aos Estados-nação continua sendo propagada. Segundo o historiador Karim M. Tiro (2000) em seu texto “A ‘Civil’ War? Rethinking Iroquois Participation in the American Revolution”, a Confederação Haudenosaunee² é considerada uma das mais antigas democracias participativas, e foi criada com o propósito de unir politicamente as populações das nações que compartilhavam da cultura Haudenosaunee, com o intuito de promover um espaço pacífico para a tomada de decisões no que diz respeito aos problemas que afetam a coletividade. Seu trabalho procura estabelecer uma narrativa que explora a dimensão cooperativa entre as nações que lutaram em lados opostos do conflito, destacando a resistência contra o domínio colonial por meio de artifícios como a priorização da vida de seus compatriotas nativos mesmo em momentos de enfrentamento militar. É importante destacar que, apesar da violência na batalha, a comunicação entre os Haudenosaunee nunca foi interrompida, muito pelo contrário, quanto mais a violência entre eles aumentava, mais as relações diplomáticas entre eles se intensificaram (TIRO, 2000). Os Haudenosaunee são um grande exemplo de diplomacia indígena, tendo sido estruturada fora dos moldes de um Estado e sem a imposição de fronteiras fixas e sistemas de administração e burocracia.

² Apesar de terem sido denominados pelos britânicos como Iroquois, as nações originárias da América do Norte se autodenominam como Haudenosaunee. As seis nações que compõem a Confederação são: Mohawk, Seneca, Onondaga, Cayugas, Oneidas e Tuscarora.

Apesar da história e memória conservada por eles, essa narrativa alcançou a área acadêmica apenas recentemente, sendo esse o reflexo direto do modelo vigente de produção de conhecimento nas universidades. O campo das Relações Internacionais vem passando por mudanças gradativas em suas concepções e, apesar da diplomacia não ser uma novidade dentre os povos indígenas, só recentemente ela está ganhando atenção e importância, mas apenas quando se encaixa nos moldes da organização política vigente no Ocidente que destaca a ação de Estados.

2.5.1. Pensando em outros moldes

Ao tratar de povos indígenas na política, é comum que nossos pensamentos nos levem à formas de integrá-los à sociedade que obrigue-os a se encaixarem em nossa forma de organização. Visando quebrar com a reprodução de nossa herança colonial é necessário pensar em países fora dos moldes atuais, que possuem espaço para a convivência harmônica entre diferentes tipos de organizações políticas que cooperam entre si se complementando e formando uma comunidade multicultural e plural (CALEFFI, 2003). Para que isso aconteça precisamos exercitar nosso pensamento para criar formas que permitam a coexistência e cooperação de diferentes povos e comunidades.

Um exemplo de organização política independente do Estado é o planejamento de consultas comunitárias, reuniões realizadas pelos membros de um povo indígena com o objetivo de promover justiça sem a interferência de um ator externo. O Estado deve não só respeitar as decisões tomadas nessas reuniões, como também considerar suas resoluções para a elaboração de projetos e políticas públicas.

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

A criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) no ano de 2011 representa um marco para a América Latina e para o Caribe, sendo mais um passo de um longo processo de construção da integração desses países, resultado de uma constante luta decolonial. A criação da CELAC representa um posicionamento direto contra a influência de Estados do norte global e seus interesses nas questões que dizem respeito à América Latina e aos países do Caribe. Apesar da criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) ter sido um avanço nesse sentido, a presença de países como os Estados Unidos da América fere a busca por independência dos países latino-americanos e caribenhos.

Nesse sentido, a composição da CELAC conta com a participação de todos os 33 países latino-americanos e caribenhos, estabelecendo um marco no avanço na luta decolonial e na afirmação da identidade da região. Sendo a única organização da região a cumprir esse

papel, a CELAC reconhece a pluralidade cultural e a presença e importância de todas as raças e etnias que habitam esses países, tal qual sua importância para a formação da América Latina e Caribe (CELAC, 2011a).

Tendo isso em vista, o presente comitê visa simular uma reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos no ano de 2025, a fim de discutir a problemática acerca da exclusão de diferentes tipos de saberes da produção de conhecimento nas universidades, assim como o aumento da participação dos povos originários nos ambientes diplomáticos, visando a ampliação de seu poder em negociações. O objetivo dos debates é encontrar uma solução para tais problemáticas, buscando consenso entre as delegações e tendo em mente que este será, primeiramente, um ambiente de aprendizado que visa acolher os estudantes e convidá-los a diversificarem seus conhecimentos sobre as temáticas abordadas na simulação.

Figura 4: Logotipo da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)



Fonte: Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, 2011

3.1. Dinâmica do comitê

A CELAC (2025) contará com a participação de 57 delegações divididas entre os países membros da Comunidade, representantes de Povos Indígenas, Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais e representantes da Sociedade Civil. No início da simulação será projetada a agenda que conduzirá os tópicos dos debates, que por sua vez se dará por meio da moderação tradicional. Os delegados devem se atentar todo o tempo aos tópicos da agenda, evitando o tangenciamento do assunto. Ao longo dos debates as delegações devem redigir uma proposta de resolução que será votada no último dia da simulação e, que só será aprovada mediante consenso das delegações oficiais.

Para que os senhores delegados possam se preparar de forma satisfatória para a simulação, serão disponibilizados no site do MINIONU dossiês com o panorama geral de todas as delegações. Para além disso, é recomendado que vocês leiam com atenção o Guia

de Regras, que também será disponibilizado no site do evento, e acompanhem as postagens nas redes sociais do comitê.

Figura 5: VII Reunião de Chefes de Estado e de governo da CELAC (2023)



Fonte: CERUTTI, Maria Eugênia (2011)

4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS DO COMITÊ

Nesta seção serão discutidas brevemente os principais posicionamentos de cada tipo de delegação presente. Esse comitê foi dividido entre os seguintes tipos de delegações: países membros da CELAC, povos indígenas, Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais e representantes da Sociedade Civil. Primeiramente, é importante ressaltar que todas as delegações são de suma importância para os debates da simulação.

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos tem como objetivos principais a integração regional, unidade e equilíbrio da diversidade política, econômica, social e cultural de sua população (CELAC, 2011). Por essa razão, as delegações desse comitê devem buscar dialogar entre si a fim de buscar soluções adequadas para a resolução das problemáticas apresentadas, prezando sempre pelo consenso.

4.1. O posicionamento dos países membros

As delegações representantes de Estados são membros oficiais da CELAC e possuem maior poder de atuação, tanto nas votações, quanto durante a elaboração da proposta de

resolução. Seus posicionamentos devem buscar a integração regional e a cooperação política, estar alinhados aos seus próprios interesses nacionais e, ao mesmo tempo, devem dialogar com o nível de representatividade política e inclusão de diferentes tipos de saberes na produção de conhecimentos.

4.2. O posicionamento das representações dos povos indígenas

A participação dos povos originários e de outros grupos étnicos no comitê será de destaque. É importante ressaltar que existem inúmeros povos indígenas na região da América Latina e do Caribe. Cada um deles possui seus próprios posicionamentos, cultura, modo de vida, línguas, conhecimentos e visão de mundo (UNICEF, 2009). Por esse motivo, além de estarem alinhados com demandas que beneficiem a todos eles, a delegação deve se atentar às particularidades de cada povo, respeitando suas diversidades. Ainda assim, é esperado que, apesar de eventuais divergências entre eles, seus posicionamentos estejam alinhados com o intuito de contrapor aquelas delegações que venham a propor resoluções e medidas que possam feri-los de alguma forma.

Por não serem membros oficiais, essas delegações não possuem poder de voto, cabendo a elas engajar nos debates a fim de garantir seus direitos. As delegações representantes de povos podem ainda recorrer ao diálogo com ONGs e OIs para que essas possam agir como fatores de pressão em relação aos países.

4.3. O posicionamento de ONGs, OIs e representantes da Sociedade Civil

As delegações que representam Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais e representantes da Sociedade Civil são membros observadores do comitê, logo não podem participar de votações que dizem respeito às decisões do comitê em relação à temática abordada. Porém, isso não quer dizer que essas delegações não tenham um papel importante na simulação, muito pelo contrário. Durante os debates elas devem cumprir o papel de contrabalancear e mediar as negociações entre as demais delegações, além de garantir a ampliação de direitos para os povos e outros grupos.

5. QUESTÕES RELEVANTES PARA AS DISCUSSÕES

- De que forma a falta de reconhecimento da importância da participação histórica que os povos originários e outros grupos étnicos tiveram para a constituição da América Latina e do Caribe continua impactando as relações entre eles?
- De que forma seria possível ampliar os espaços indígenas nas universidades, visando a inclusão de novos tipos de conhecimento?

- Em que sentido o financiamento de pesquisas que valorizem a pluralidade linguística dos países latino-americanos e caribenhos é relevante para a promoção de uma integração regional?
- É possível pensar na educação básica como meio para alcançar mudanças nos modelos de produção de conhecimento das universidades?
- A promoção de um papel mais ativo da diplomacia indígena nas negociações e decisões dos Estados é um meio viável e realmente inclusivo de garantir avanços efetivos nas lutas dos povos originários?
- De que outras maneiras podemos pensar em inclusão, preservação e valorização da participação dos povos originários na história da América Latina e do Caribe?
- Será que, ao pensarmos na inclusão política dos povos indígenas na política, seguindo nosso modelo de organização ocidental, continuamos a reproduzir a mentalidade colonial?



REFERÊNCIAS

ABELLO, Kael. **Sem título**. América Latina. 17 de set. de 2020. 1 mapa. Escala 1:200.000.000. Disponível em: <<https://utopix.cc/pix/la-ceramica-escultorica-prehispanica/>>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.

ARQUIVO PESSOAL/G1 BAHIA. **Sem título**. 18 de out. de 2022. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.ibahia.com/bahia/indigenas-fazem-protesto-por-melhorias-na-educacao-e-transporte-em-porto-seguro>>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.

BEIER, J. Marshall (org.). **Indigenous Diplomacies**. 1. ed. Nova York: PALGRAVE MACMILLAN, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/J.%20Marshall%20Beier%20-%20Indigenous%20diplomacies-Palgrave%20Macmillan%20(2009).pdf>. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

BEIER, J. Marshall. **International Relations in Uncommon Places: Indigeneity, Cosmology, and the Limits of International Theory**. Nova York: PALGRAVE MACMILLAN, 1. ed., 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/J.%20Marshall%20Beier%20-%20International%20Relations%20in%20Uncommon%20Places_%20Indigeneity,%20Cosmology,%20and%20the%20Limits%20of%20International%20Theory%20(2005).pdf>. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cotas abrem portas: Lei de Cotas**. Brasília, 12 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/lei-de-cotas.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

CALEFFI, Paula. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, Dinamarca, n. 7, p. 20-42, 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200702>>. Acesso em: 18 de fev. de 2025.

CELAC. CELAC: Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2011. Página Inicial. Disponível em: <<https://celacinternacional.org/celac-4/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2024.

CELAC, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. **Declaración de Caracas "En el Bicentenario de la Lucha por la Independencia Hacia el Camino de Nuestros Libertadores"**. 2011a. Disponível em: <https://parlatino.org/pdf/comunidad-estados/declaracion-caracas.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2024.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): Desafíos para la igualdad en la diversidad**. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e6ed287d-fb24-4e10-891a-ba4b116112fa/content>>. Acesso em: 01 de fev. de 2025.

COELHO, Mauro Cezar. **Cartografia da Graduação**: Censo da Formação Inicial em História (Licenciatura e Bacharelado) no Brasil. São Paulo: Editora Milfontes, 2021. E-book. Disponível

em:<https://anpuh.org.br/images/ANPUH/Forum_de_Graduacao/ANPUH_EBOOK_CENSO_GRADUCACAO.pdf>. Acesso em: 21 de dez. de 2024.

DIVERSIDADE ÉTNICA. In: **Enciclopédia Latinoamericana**. Disponível em: <<https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/etnica-diversidade>>. Acesso em 29 jul. 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. In: **Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, 2000, v. 23, n 1/2, pp. 111-143.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Obras de Miguel León-Portilla**: Tomo XIII. Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista/El reverso de la conquista: relaciones mexicanas, mayas e incas. Cidade do México: Universidade Autônoma de México, México, 2020, p. 17-34, 259-262. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/obras_leon_portilla/599.html>. Acesso em: 18 de jan. de 2025.

MALERBA, Jurandir. **A História na América Latina**: Ensaio de crítica historiográfica. 1. ed. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2009. Disponível em:<file:///C:/Users/anton/Downloads/A_Historia_na_America_Latina_Ensaio_de_c.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2025.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade política**. Cadernos de Letras da UFF, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 117-142.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. **História e cosmologias indígenas da Mesoamérica e Andes Centrais em tempos pré-hispânicos e coloniais**. São Paulo: Departamento de História da FFLCH da USP, 2019. Disponível em: <<https://cema.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/Eduardo-N-Santos-Tese-livre-docncia.pdf>>. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

SILVA, Joselina da; LINHARES, Ângela Maria Bessa; PAULO, Adriano Ferreira de. **Didática do ensino superior e a Lei nº10.639/03 nos cursos de História do Ceará**. História e Ensino, Londrina, v. 25, n. 02, p. 35-57, jul/dez. 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/anton/Downloads/labhis,+Gerente+da+revista,+2-DID%C3%81TICA+DO+ENSINO+SUPERIOR+E+A+LEI+10.63903+NOS+CURSOS+DE+HIST%C3%93RIA+DO+CEAR%C3%81%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/anton/Downloads/labhis,+Gerente+da+revista,+2-DID%C3%81TICA+DO+ENSINO+SUPERIOR+E+A+LEI+10.63903+NOS+CURSOS+DE+HIST%C3%93RIA+DO+CEAR%C3%81%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

TIRO, Karim M. **A ‘Civil’ War? Rethinking Iroquois Participation in the American Revolution**. JSTOR, University of Pennsylvania Press, vol. 4, p. 148–65, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23549298>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

INAYATULLAH, N. Por que algumas pessoas acham que sabem o que é melhor para as outras. In: INAYATULLAH, N; BLANLEY, D. **International Relations and the Problem of Difference**. Nova York, Routledge, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/anton/Downloads/Aula_09._INAYATULLAH__BLANEY_200420190505-51556-iq53az.pdf. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

UNICEF, Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância. Atlas Sociolinguístico de Pueblos Indígenas en América Latina. Tomo 1. 2009. Disponível em: <<https://www.unicef.org/lac/media/9791/file/PDF%20Atlas%20sociolinguistico%20de%20pueblos%20ind%C3%ADgenas%20en%20ALC-Tomo%201.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. de 2025.

6. TABELA DE DELEGAÇÕES



Tabela de delegações		
	Nome	Tipo
Membros votantes		
1	Belize	Membros oficiais da CELAC
2	Comunidade da Dominica	Membros oficiais da CELAC
3	Estados Unidos Mexicanos	Membros oficiais da CELAC
4	Estado Plurinacional da Bolívia	Membros oficiais da CELAC
5	Jamaica	Membros oficiais da CELAC
6	República da Argentina	Membros oficiais da CELAC
7	República Bolivariana da Venezuela	Membros oficiais da CELAC
8	República Cooperativa da Guiana	Membros oficiais da CELAC
9	República Federativa do Brasil	Membros oficiais da CELAC
10	República da Colômbia	Membros oficiais da CELAC
11	República da Costa Rica	Membros oficiais da CELAC
12	República da Guatemala	Membros oficiais da CELAC
13	República da Nicarágua	Membros oficiais da CELAC
14	República de Cuba	Membros oficiais da CELAC

15	República de El Salvador	Membros oficiais da CELAC
16	República de Honduras	Membros oficiais da CELAC
17	República do Chile	Membros oficiais da CELAC
18	República Dominicana	Membros oficiais da CELAC
19	República do Equador	Membros oficiais da CELAC
20	República do Panamá	Membros oficiais da CELAC
21	República do Paraguai	Membros oficiais da CELAC
22	República do Peru	Membros oficiais da CELAC
23	República Oriental do Uruguai	Membros oficiais da CELAC
24	São Vicente e Granadinas	Membros oficiais da CELAC
Membros observadores		
25	Ailton Alves Lacerda Krenak	Representante da Sociedade Civil
26	Alice Pataxó	Representante da Sociedade Civil
27	Célia Xakriabá	Representante da Sociedade Civil
28	Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ)	Organização Não-Governamental
29	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Organização Não-Governamental
30	Cristiane Takuá	Representante da Sociedade Civil
31	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	Organização Não-Governamental
32	Fórum Internacional das Mulheres Indígenas	Organização Não-Governamental

33	Fundação Nacional dos Povos Indígenas	Organização Não-Governamental
34	Fundo para o Desenvolvimento de Povos Indígenas	Organização Não-Governamental
35	Instituto Maracá	Organização Não-Governamental
36	Instituto Superior Intercultural Ayuuk	Organização Não-Governamental
37	Leonor Zalabata	Representante da Sociedade Civil
38	Manuela Lavinias Picq	Representante da Sociedade Civil
39	Moira Ivana Millan	Representante da Sociedade Civil
40	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	Organização Internacional
41	Povo Arhuaco	Povo
42	Povo Aymara	Povo
43	Povo Chiquitano	Povo
44	Povo Guarani	Povo
45	Povo Kayapó	Povo
46	Povo Kichwa	Povo
47	Povo Mapuche	Povo
48	Povo Mayagna	Povo
49	Povo Potiguara	Povo
50	Povo Taínos	Povo
51	Povo Tupiniquim	Povo
52	Povo Uitoto	Povo
53	Povo Warao	Povo
54	Povo Wayana	Povo
55	Povo Wayúu	Povo
56	Povo Yanomami	Povo
57	Povo Zapoteco	Povo
58	Sandra Benites	Representante da Sociedade Civil
59	Sônia Guajajara	Representante da Sociedade Civil

60	The International Work Group for Indigenous Affairs	Organização Não-Governamental
61	Yaku Pérez Guartambel	Representante da Sociedade Civil
62	Yásnaya Elena Aguilar	Representante da Sociedade Civil
63	Comitê Internacional de Imprensa	CINI
64	Comitê Internacional de Imprensa	CINI

